

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 68, I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta a consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

### PROJETO DE LEI Nº 111/2018

**Súmula:** Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de IRATI – Paraná, para o Exercício Financeiro de 2019 e dá outras providências.

**Art. 1º** – Fica estimada a Receita e fixada a Despesa do orçamento do Município de IRATI para o exercício financeiro de 2019, **no valor de R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais)**, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente à administração direta, indireta e dos fundos instituídos pelo Município e mantidos pelo Poder Público, **no valor de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais)**;

II – Orçamento da Seguridade Social do Município que compreende a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Irati **no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões reais)**.

**Art. 2º** – A Receita será arrecadada de acordo com a Legislação em vigor segundo as seguintes estimativas:

#### ORÇAMENTO FISCAL:

Especificação	Total R\$
<b>RECEITAS CORRENTES .....</b>	<b>167.210.000,00</b>
Receita Tributária .....	35.080.000,00
Receita de Contribuições .....	6.500.000,00
Receita Patrimonial .....	1.600.000,00
Receita de Serviços .....	210.000,00
Transferências Correntes.....	123.470.000,00
Outras Receitas Correntes.....	350.000,00
<b>RECEITA DE CAPITAL .....</b>	<b>3.500.000,00</b>
Alienação de Bens .....	500.000,00
Transferência de Capital .....	3.000.000,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA.....</b>	<b>- 15.710.000,00</b>
( - ) Dedução Receita para Formação do FUNDEB.....	15.710.000,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS.....</b>	<b>155.000.000,00</b>

## ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – CAPSIRATI:

Especificação	Total R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b> .....	<b>18.500.000,00</b>
Receita de Contribuições .....	6.000.000,00
Receita Patrimonial .....	12.500.000,00
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> .....	<b>16.500.000,00</b>
Receitas de Contribuição Patronal.....	8.500.000,00
Receitas de Aportes para Cobertura do Déficit Técnico Atuarial .....	8.000.000,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b> .....	<b>35.000.000,00</b>

**Art. 3º** – A Despesa é fixada na forma dos anexos desta Lei com a seguinte distribuição entre os Órgãos Orçamentários:

### I – ORÇAMENTO FISCAL

#### Despesa por Órgão de Governo e suas Unidades Orçamentárias:

Especificação	Valor R\$
<b>Legislativo Municipal</b> .....	<b>4.640.000,00</b>
Câmara Municipal .....	4.640.000,00
<b>Executivo Municipal</b> .....	<b>700.900,00</b>
Gabinete do Prefeito .....	700.900,00
<b>Secretaria de Administração e Recursos Humanos</b> .....	<b>8.327.000,00</b>
Departamento de Arquivo e Documentação .....	243.000,00
Departamento de Recursos Humanos e Pessoal .....	507.000,00
Departamento de Serviços Gerais.....	3.551.000,00
Departamento de Tecnologia e Infraestrutura da Informática.....	786.000,00
Departamento de Administração Geral .....	3.240.000,00
<b>Junta de Serviços Militar</b> .....	<b>60.000,00</b>
Junta de Serviços Militar.....	60.000,00
<b>Secretaria Municipal da Fazenda</b> .....	<b>4.825.000,00</b>
Departamento de Tributação .....	2.200.000,00
Departamento de Contabilidade .....	900.000,00
Departamento de Licitação e Compras .....	800.000,00
Departamento de Finanças e Tesouraria .....	925.000,00
<b>Secretaria Municipal de Educação</b> .....	<b>48.064.500,00</b>
Departamento de Ensino Fundamental .....	28.283.500,00
Departamento de Ensino Infantil .....	8.747.000,00
Departamento de Educação de Jovens e Adultos .....	30.000,00
Departamento Técnico e Educação Especial.....	340.000,00
Departamento de Transporte Escolar.....	7.253.500,00
Departamento de Administração da Secretaria de Educação.....	3.410.500,00
<b>Secretaria Municipal de Saúde</b> .....	<b>26.564.500,00</b>
Fundo Municipal Saúde/Departamento Médico .....	23.201.500,00
Fundo Municipal Saúde/Dep. Enfermagem e Assist. Farmacêutica .....	691.000,00
Fundo Municipal Saúde/Dep. Educ e Vigilância em Saúde .....	2.672.000,00
<b>Secretaria Arquitetura Engenharia e Urbanismo</b> .....	<b>2.126.000,00</b>
Departamento de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo .....	2.026.000,00
Departamento de Topografia.....	100.000,00
<b>Secretaria Municipal de Assistência Social</b> .....	<b>9.305.000,00</b>
Departamento de Gestão do SUAS.....	4.409.000,00
FMAS-Dep. Gest. Cad/Dep Prot. Social Básica .....	3.771.000,00
FMDCA – Depto de Política para a Juventude.....	655.000,00
Departamento da Habitação de Interesse Social .....	470.000,00
<b>Secretaria de Serviços Urbanos</b> .....	<b>17.202.000,00</b>
Departamento de Serviços Urbanos.....	17.002.000,00
Departamento de Saneamento Básico.....	200.000,00

<b>Secretaria Geral de Planejamento e Coordenação .....</b>	<b>2.320.000,00</b>
Departamento de Planejamento Estr. Econômico Financeiro.....	2.320.000,00
<b>Secretaria da Agropecuária, Abastecimento e Seg. Alimentar .....</b>	<b>3.660.000,00</b>
Departamento de produção vegetal, Agric e Abastecimento .....	3.610.000,00
Departamento de Arrecadação de Tributos Rurais .....	50.000,00
<b>Ouvidoria Pública Municipal .....</b>	<b>151.000,00</b>
Ouvidoria Pública Municipal .....	151.000,00
<b>Procuradoria Geral .....</b>	<b>636.000,00</b>
Assessoria Jurídica.....	636.000,00
<b>Secretaria de Comunicação Social.....</b>	<b>1.086.000,00</b>
Departamento de Comunicação Social e Imprensa .....	1.086.000,00
<b>Secretaria da Cultura, Patrimônio Hist. e Legado Étnico.....</b>	<b>860.000,00</b>
Departamento de Cultura e Legado Étnico .....	800.000,00
Departamento de Patrimônio Histórico e Museologia .....	60.000,00
<b>Unidade de Controle Interno .....</b>	<b>206.000,00</b>
Unidade de Controle Interno.....	206.000,00
<b>Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....</b>	<b>1.950.000,00</b>
Departamento de Indústria, Comércio e Relação do Trabalho .....	1.385.000,00
Departamento de Turismo e Eventos .....	565.000,00
<b>Secretaria da Ecologia e Meio Ambiente .....</b>	<b>5.640.000,00</b>
Departamento de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos.....	100.000,00
Departamento de Estudos Ecológico de Pres. e Educ. Ambiental .....	1.275.000,00
Departamento Meio Ambiente e Controle da Poluição .....	4.265.000,00
<b>Secretaria de Viação e Serviços Rurais .....</b>	<b>7.763.100,00</b>
Departamento de Serviços Rurais .....	7.763.100,00
<b>Secretaria Municipal de Esportes e Lazer .....</b>	<b>537.000,00</b>
Departamento de Serviços Rurais.....	537.000,00
<b>Secretaria de Segurança Pública e Cidadania .....</b>	<b>4.272.000,00</b>
Ativ. da Sec. de Segurança Pública e Cidadania .....	4.272.000,00
<b>Encargos Gerais do Município.....</b>	<b>2.554.000,00</b>
Encargos Gerais do Município.....	2.554.000,00
<b>Reserva de Contingência.....</b>	<b>1.550.000,00</b>
Reserva de Contingência .....	1.550.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>155.000.000,00</b>

## II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

### Despesas por Órgão e Unidades

<b>Especificação</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERV DE IRATI.....</b>	<b>35.000.000,00</b>
Encargos Previdenciários Administração .....	15.000.000,00
Reserva de Contingência .....	20.000.000,00
<b>TOTAL .....</b>	<b>35.000.000,00</b>

**Art. 4º** – O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Orgânica do Município e ainda o disposto no art. 28 da Lei Municipal nº 4.537/2018, de 18/07/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019), fica autorizado a:

**I** – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, inclusive do CAPSIRATI, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nesta Lei;

**II** – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, mediante Decreto, com recursos no Superávit Financeiro do Exercício Anterior, até o limite do superávit apurado no Balanço Patrimonial e estes créditos não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no item I deste artigo, restando deste excluídos;

**III** – Abrir Créditos Adicionais Suplementares, mediante Decreto, por excesso de arrecadação até o limite verificado no exercício e estes créditos não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no item I deste artigo, restando deste excluídos;

**IV** – Realizar, mediante Decreto, Transposições, Remanejamentos e Transferências nos elementos de despesa, não sendo considerados para o limite de movimentação orçamentária estabelecido no item I deste artigo, restando deste excluídos;

**V** – Realizar Operações de Crédito por antecipação de Receita, para atender insuficiência de caixa, até o limite de 5% (cinco por cento) da Receita prevista, podendo para tanto outorgar procuração ao agente financeiro para receber, das cotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ou FPM – Fundo de Participação dos Municípios, os valores relativos à amortização e encargos;

**VI** – Fazer a contenção da despesa, na forma do disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, promovendo a limitação da despesa de investimentos e/ou custeio, exceto na área de educação e saúde, quando não aplicados os índices mínimos, previstos em legislação e do pagamento da dívida pública;

**VII** – Utilizar o valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais), de Reserva de Contingência na Administração Direta, visando o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos;

**VIII** – Utilizar o controle das despesas por custo de serviços ou obras que não se encontrem especificados em projetos e atividades.

**Art. 5º** – As despesas com pessoal, material, serviços e encargos sociais necessárias à realização de obras, quando executadas por Administração Direta, correrão por conta do elemento 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações.

**Art. 6º** – Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir por Resolução, quando necessário, créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada, usando como recurso a anulação de dotações do próprio Órgão Legislativo, de acordo com o Inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/64.

**Art. 7º** – Esta Lei entrará em vigor em 1º (primeiro) de janeiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 28 de setembro de 2018.

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**

## **PROJETO DE LEI Nº 111/2018**

**Súmula:** Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de IRATI – Pr, para o Exercício Financeiro de 2019, e dá outras providências.

### **JUSTIFICATIVA**

***Senhor Presidente.***

***Nobres Vereadores.***

O Projeto de Lei em tela dispõe sobre a proposta orçamentária do Município de IRATI para o exercício financeiro de 2019, incluindo o orçamento do Legislativo, Executivo e Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Irati.

O Orçamento Geral do Município para 2019 está em perfeito equilíbrio entre a Receita Prevista e a Despesa Fixada, sendo R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais) para o Município e R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para o CAPSIRATI.

Para a previsão da Receita do município para o exercício de 2019 foram considerados: a situação econômica brasileira atual e o comportamento das execuções dos orçamentos dos exercícios anteriores, bem como a provável arrecadação para o exercício corrente.

As despesas foram fixadas de acordo com a estimativa de receita, respeitando as normas vigentes.

O instrumento de Planejamento ora submetido à apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis, encontra embasamento legal no artigo 165 da Constituição Federal e no artigo 4º, inciso III, das Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica Municipal.

Salienta-se que na realização deste projeto de lei foram respeitados os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964 e, ainda, outros dispositivos legais vigentes.

Em vista do exposto acima, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**